

Método científico, formação de “corpus” e estudo de literatura

Pedro Brum Santos

Laboratório Corpus: fontes de estudos da linguagem
GRPESQ/ CNPq Literatura e História
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Segundo Umberto Eco (ECO, 1983: 21-24), um estudo é científico quando responde aos seguintes pontos: debruça-se sobre um objeto reconhecível e definido de tal maneira que se torne igualmente reconhecível para uma comunidade. Deve dizer do objeto algo que ainda não foi dito ou rever sob uma ótica diferente o que já se disse. O estudo precisa comprovar sua utilidade, fornecendo elementos para a verificação e a contestação das hipóteses apresentadas e, portanto, para uma validação pública.

A definição de Eco supõe que toda a ciência é uma espécie de *continuum* que resulta do jogo entre ruptura e permanência do conhecimento sistematizado, privilegiando uma visão e uma disposição lógicas aplicadas aos fatos. Isso, de certo modo, é o que já sugeria Platão no *Teeteto*, ao defender que o conhecimento somente é crença verdadeira quando for produzido por um logos. A prática científica, na verdade, por sua natureza de rigorismo e exatidão e por sua aspiração universalista e generalizante, tornou correntes exigências de métodos e técnicas. Preocupações como a de Platão e Eco, que supõem tais exigências, somam-se às contribuições epistemológicas oriundas, em especial, da filosofia, das quais resultam os princípios organizadores das diferentes áreas do saber assim como hoje conhecemos.

Na prática, os filósofos, por um lado, têm demonstrado uma tentação natural de tomar como modelo paradigmas bem aceitos das disciplinas bem-sucedidas do seu tempo,

sejam elas a matemática, a física, a história ou a lingüística. Por outro lado, têm buscado refletir sobre modos de pensamento implicados na composição dos métodos selecionados, contribuindo para o aperfeiçoamento e a universalização desses métodos.

Historicamente, a generalização metodológica registrou incremento particular na medida em que foram se tornando nítidas, concomitantemente, as fronteiras e as zonas de permuta entre diferentes ramos do saber. Isso, tal como experimentamos atualmente, ocorreu em torno do iluminismo francês do século XVIII e particularmente em torno da composição enciclopédica que orientou o pensamento europeu daquela época, oportunidade em que a moderna divisão do conhecimento começa a ser consolidada. O presente artigo recupera alguns dados históricos desses momentos formadores e levanta aspectos da pesquisa científica aplicada ao estudo de Letras, particularmente da Literatura.

1. O enciclopedismo e a questão do método

Em 1728 publicou-se na Inglaterra, em dois volumes, o **Dicionário Universal das artes e das letras**. Cerca de vinte anos mais tarde, editores franceses, entusiasmados com o sucesso inglês, lançaram projeto semelhante. A coordenação do trabalho foi entregue a Denis Diderot, Jean-Baptiste Lê-Rond d'Alembert e Louis de Jacourt. A dedicação dos organizadores foi tanta que o que inicialmente ia limitar-se a uma tradução e atualização do texto britânico, converteu-se em algo totalmente distinto e impregnado de grande originalidade. De dois volumes passou-se a vinte e oito (dezessete de textos e onze de gravuras) e de uma visão até certo ponto científica e ascética passou-se a recorrer a pontos de vista imbuídos das aspirações ilustradas que grassavam em setores da burguesia francesa. O resultado foi a **Enciclopédia** ou **Tratado sistemático das artes, da ciência e ofícios**.

Um dos grandes legados da **Enciclopédia**, por certo, reside nas distinções e divisões que propôs. Nesse aspecto, D'Alembert e Diderot emprestaram contribuições que teriam importantes repercussões futuras no que diz respeito à definição de métodos capazes de articular distintos e vastos conhecimentos em um esquema coerente. Nascia assim uma divisão do conhecimento sob a tutela, respectivamente, das sensações e da razão humanas.

D'Alembert distinguiu entre formas de conhecer que derivam das sensações e são empíricas e as que derivam da reflexão. Da sensação, o ser humano depreende a consciência de existir e o conhecimento dos objetos externos. As sensações nos comunicam da necessidade de preservarmo-nos da dor e de procurarmos os meios saudáveis de sobrevivência. Por isso, delas derivam as denominadas artes necessárias, como são a medicina e a agricultura, que intentam preservar nossa saúde, aliviar nosso mal-estar e saciar nossa fome.

A sensação não é o único impulso que o conhecimento humano recebe. A razão constitui a base de algumas ciências de especial relevância, como são os casos da física, da mecânica e da geometria. Da combinação de estados no estudo dos corpos surgem as ciências físico-matemáticas e a física experimental.

A aparição de todas as ciências veio acompanhada do surgimento de outras ligadas ao desenvolvimento da história humana. Isso é o que sucede com a lógica, a gramática, a história, a geografia e a política. Finalmente, o uso da razão propiciou a combinação de conhecimentos e deu lugar ao nascimento da filosofia, das artes liberais e das mecânicas.

O amálgama desses conhecimentos, combinado com a sistematização de um dicionário, é precisamente de onde deriva a especificidade da **Enciclopédia**. Mesmo com suas contradições internas e com sua visão otimista sobre o alcance do iluminismo como prática redentora, a verdade é que a obra proporcionava uma visão do ser humano, da história e da sociedade que estava fadada a fazer fortuna. Não por outro motivo, a **Enciclopédia** modelou

a mentalidade de seus contemporâneos e teve influência decisiva na forma moderna de divisão e organização do pensamento científico.

A generalização metodológica, ou seja, o fato de um mesmo método ou de métodos semelhantes poderem ser aplicados a diferentes áreas do conhecimento também tem acompanhado o esforço de delimitação do conhecimento em setores. No século XIX, uma das contribuições decisivas na questão do método científico pertence a um pensador inglês. Em 1843, John Stuart Mill publica o seu **System of Logic**, cujos seis livros tratam da influência dedutiva em geral, do conhecimento matemático, da indução, da observação, da abstração e classificação, das falácias e finalmente das ciências sociais, políticas e morais. Sua distinção entre conotação e denotação e entre termos gerais e termos singulares influenciaram decisivamente os métodos científicos posteriormente adotados em várias áreas do conhecimento, enquanto sua obra sobre a indução constitui ainda o fundamento das metodologias de descoberta das leis causais. O projeto de Mill pertence ao que mais tarde viria a ser batizado como epistemologia naturalizada, ou seja, a tentativa de compreender as operações mentais como resultado da ação de leis conhecidas da psicologia sobre os dados da experiência.

2. As humanidades e a importância do corpus

Contribuições como a dos enciclopedistas e a de Stuart Mill estão hoje perfeitamente incorporadas ao meio acadêmico, que, de um modo mais ou menos natural, afirmou-se como o grande abrigo da ciência na sociedade contemporânea, algo que decorre, antes de mais nada, do fato de a universidade constituir-se em um espaço que encontra na diversidade dos saberes a sua própria razão de ser. A sistematização, a generalização e a divisão, palavras-chave que vêm orientando a construção e a organização do conhecimento ao longo dos tempos, através da prática dos cientistas e da reflexão dos filósofos, encontram na arquitetura universitária um campo fértil de desenvolvimento. A universidade, em contrapartida, valendo-se da representação social que granjeia, encarrega-se de institucionalizar as formas de construção do conhecimento que passam a ser aceitas como científicas tanto dentro como fora da comunidade acadêmica.

Tomando-se o exemplo do Brasil e considerando-se a prática cotidiana de alunos e professores, dentro de uma sociedade em crescente processo de tecnocratização, para o mal e para o bem, a institucionalização da ciência passa pelos manuais de metodologia, pelos códigos de área, pela parafernália de linhas, grupos e projetos de pesquisa. O negativo de tantos divisores é o risco de uma crescente quantificação em lugar da necessária qualificação dos procedimentos científicos. O positivo é o tanto que as sistematizações podem contribuir para o rigorismo, igualmente necessário, quando o tema é ciência. Nesse último caso, podem ser enquadrados os manuais de metodologia, que, quando bem utilizados, redundam em uma alternativa sistematizada para procedimentos e apresentações de diferentes áreas. Os manuais de prática científica, pois, materializam a busca de uma universalidade metodológica que têm orientado a divisão do saber empreendida por filósofos e cientistas.

A nomenclatura mais encontrada nos manuais diz respeito à pesquisa bibliográfica e a normas de publicações científicas. A estruturação de um trabalho científico, normalmente, considera as etapas de elaboração, execução e apresentação da pesquisa. Rigorismo, neutralidade, causalidade são os termos tidos como essenciais para o desenvolvimento de uma atividade dessa natureza. Com vistas a conduzir o trabalho de modo a preencher esses requisitos, os manuais trazem uma sistemática que vale mais ou menos para todas as áreas e que está estruturada nos itens que costumadamente estão enumerados do seguinte modo: objeto, tema, objetivos, hipóteses, metodologia, embasamento teórico. A questão de a

pesquisa ser ou não bibliográfica – e, em certa medida, todas o são – ocasiona algumas variações no modelo, mas pode-se afirmar que os manuais registram os componentes metodológicos básicos para qualquer atividade que se pretenda científica.

A afirmação de que toda a pesquisa é bibliográfica quer dizer que esta atividade necessita sempre de livros e de sistemas de organização próprios dos livros. Mesmo os trabalhos experimentais, com pesquisas de campo e observações de laboratório, também acabam realizando uma discussão da literatura científica precedente, de sorte que aí também os livros são usados. Situação idêntica acontece a um trabalho de sociologia que exija do elaborador um longo contato com fatos reais. Este também precisará de livros, quando menos para saber como se fizeram pesquisas análogas. A abrangente necessidade de livros, no entanto, não é o ponto de contato essencial entre diferentes áreas e tipos de atividades. Na verdade, o dado que é comum e que justifica o esforço despendido pelos teóricos e registrado pelos manuais por uma metodologia relativamente uniformizada, reside no fato de que a atividade científica – toda ela – estuda um objeto por meio de determinados instrumentos. O pesquisador nunca deve perder isso de vista, mesmo que saiba que entre as áreas do conhecimento algumas proporcionam respostas mais fechadas e outras, nem tanto.

Olhada do ponto de vista do objeto, de fato, a atividade científica supõe determinadas particularidades de área para área. A atividade de um matemático ou de um físico, por exemplo, tende a resultados muito mais precisos do que aqueles alcançados por um teórico da literatura ou por um lingüista, a despeito do fato de que todos podem se amparar em registros textuais e apresentarem resultados em forma de texto. Por isso mesmo, os estudos das artes e da linguagem, situados dentro do que se delimita como humanidades, têm buscado, para além da problemática das técnicas e dos métodos, uma base filosófica que garanta validade ao conhecimento que produz.

A pretensão científica das áreas classificadas como humanidades, na verdade, depara-se com uma problemática que diz respeito ao tipo de resposta que estamos habilitados a oferecer a questões que pertencem a um campo escorregadio que, seguidamente, não se decide entre o particular e o geral, o subjetivo e o objetivo. Essas questões, mesmo que em algum grau pertençam à ciência de um modo amplo, parecem mais eloqüentes quando se trata de qualquer ramo das humanidades, muito mais daqueles que tomam por objeto matérias em si eivadas de subjetividades e de particularidades, como são as ocorrências da linguagem e da literatura.

Caso consideremos o fenômeno da compreensão como o fundamento básico desses estudos, vamos encontrar na hermenêutica de Gadamer argumentos que validam a ousadia e o tom pessoal como práticas legítimas das análises lingüísticas e literárias. Considera-se, nesse caso, que a universalidade da compreensão pode ser vista pelo seu avesso como uma parcialidade de conteúdo, ponto de vista que autoriza a adoção de um princípio crítico frente à tradição. Parte-se da essência da tradição é formada somente enquanto haja quem se aproprie do que existe, então, seguramente, a essência do homem pode romper, criticar, desfazer a tradição.

A prática do filósofo ensina que a relação com o ser – pedra angular do seu trabalho – é muito mais original quando insere em suas elaborações a questão essencial da elaboração do real, como algo que resulta, menos da tradição e mais do percurso presente da atividade filosófica. Nesses termos, pode-se afirmar que a universalidade ontológica da compreensão induz, em última instância, a uma atitude unilateral.

Compreender, pois, não quer dizer seguramente apenas a apropriação de uma opinião transmitida ou o reconhecimento do consagrado pela tradição. Heidegger, que qualificou o conceito da compreensão como determinação universal do estar no mundo, refere-se, precisamente, ao caráter de projeto da compreensão, isto é, a futuridade contida no

ato de estar no mundo. O homem, no entanto, necessita mais do que apelar às questões íntimas. Ele também precisa de um sentido que indique a direção do lógico, do possível, o que fica bem aqui e agora. Aquele que filosofa e que trata das humanidades parece ser justamente o que deveria estar consciente da tensão entre suas pretensões e a realidade em que se encontra. Defensor de uma hermenêutica que dê conta, justamente, desse tipo de relação entre o atual e o universal, o particular e o geral, Gadamer afirma:

A consciência hermenêutica que se trata de despertar e manter desperta reconhece, pois, que, na era da ciência a pretensão de domínio das idéias filosóficas teria algo de fantasmagórico e irreal. De certo, frente ao querer dos homens que cada vez se eleva mais a partir da crítica do passado até uma consciência utópica e escatológica, quisera opor em função da verdade da rememoração algo distinto: o que segue sendo e seguirá sendo o real. (GADAMER, 1999: 21).

O caminho apontado por Gadamer, indicando a necessidade de equacionar os planos das idéias e da realidade na construção do conhecimento quando se trata das áreas de humanidades, traz-nos de volta às problemáticas do método e dos diferentes tipos de abordagem científica que os objetos permitem. Para ficarmos nos casos da literatura e da lingüística, cujos trabalhos são preferencialmente bibliográficos, a desenvoltura do pesquisador apregoada por Gadamer indica os aproveitamentos possíveis que os livros podem ter na consecução da pesquisa, sem, com isso, perder de vista práticas metodológicas próprias das elaborações científicas.

A classificação das fontes de pesquisa e a constituição de livros como fontes de diferentes gradações parecem constituir procedimentos razoáveis ao pesquisador da lingüística ou da literatura para que este, sem perder de vista as sistematizações requeridas pelo método científico, não se torne um refém da metodologia.

A pesquisa bibliográfica, como é sabido, supõe que o objeto seja um livro e o instrumento, outros livros. Esse tipo de trabalho, tal como está assentado na tradição e consagrado na prática, demanda um tratamento particular no que concerne às fontes de pesquisa, as quais, segundo Umberto Eco, obedecem a uma distribuição hierarquizada, que, por sua vez, diz da importância que alcançam em relação ao objeto pesquisado (ECO, 1983: 35-41). A relação entre fontes e objetos, é bom que se lembre, vale tanto para a pesquisa bibliográfica pura, como para outras formas de pesquisa.

Com a ressalva de que os conceitos de fontes dependem do ângulo adotado em cada trabalho, Eco (op. cit.) indica que a divisão mais corrente aceita uma separação entre fontes primárias e secundárias. Com relação às primárias, além das pesquisas estritamente bibliográficas, os casos mais típicos podem ser encontrados em tratados a respeito de acontecimentos históricos. Estes, mesmo que pretendam considerar a materialidade de fatos concretos, sempre vão esbarrar em material escrito, isto é, em outros textos, que, assim, passam a ser as fontes primárias do texto que o pesquisador constrói. Essas fontes, muitas vezes, ainda não existem sob a forma de textos escritos, mas devem tornar-se os textos inseridos no trabalho à guisa de documentação: dados estatísticos, transcrições de entrevistas, fotografias ou mesmo documentos audiovisuais. Em todos esses casos, estamos diante de fontes primárias.

Quando se tratar de pesquisa estritamente bibliográfica, como é o caso do estudo de um livro de determinado autor, o livro estudado constitui-se ao mesmo tempo em objeto de estudo e fonte primária. Outros livros e textos do autor podem constituir-se em fontes secundárias.

Além de primárias e secundárias, as fontes podem ser, ainda segundo Eco, de primeira e de segunda mão. Quando trabalhamos sobre livros, uma fonte de primeira mão é uma edição original ou uma edição crítica da obra em apreço. Traduções, antologias e resenhas não são fontes ou, quando muito, tratam-se de fontes de segunda mão. Também se classificam como de segunda mão os excertos de fontes reproduzidos em textos críticos.

As fontes, embora estejam próximas, são distintas da literatura crítica. Um texto crítico sobre o objeto – que pode se apresentar na forma de livro ou de artigo de revista, jornal, internet – enquadra-se como literatura crítica e não como fonte.

Questões atinentes às fontes, no que diz respeito à classificação, ao acesso e ao tratamento, podem, desse modo, tornarem-se no próprio tema que uma pesquisa bibliográfica comporta. Isso significa que, para o pesquisador da teoria da literatura e da lingüística, o trato sobre os livros, que implica considerá-los segundo diferentes graus de relações, pode transformar-se no trato dos livros, que é simplesmente o fato de classificá-los como fontes primárias ou secundárias, de primeira ou de segunda mão. Isso indica a particularidade das fontes para esse ramo do conhecimento e possibilita que, de acordo com a natureza de determinadas propostas, se utilize a definição *corpus* para identificar certos procedimentos de pesquisa.

Muitas vezes, no jargão de pesquisas acadêmicas, o uso da expressão *corpus* é feito em substituição ao designativo objeto. Etimologicamente, a expressão, em latim, quer dizer corpo, em oposição à alma. Entre os latinos o termo já era usado também como indicativo de texto, opondo-se às notas, de um livro. Certamente vem do princípio de junção de textos, que orienta à identificação de um livro, a utilização do termo como designador de conjunto, tornada corrente pelos romanos no âmbito da cultura latina. Entende-se, assim, o princípio do uso do termo em expressões de cunho social como *corpus civitatis* (o conjunto dos cidadãos) e *qui etant eiusdem corporis* (os que eram da mesma ordem). No entanto, pertence ao direito romano a associação definitiva entre o termo e a idéia de conjunto.

Corpus júris, obra atribuída a Justiniano, imperador romano no século VI a.C., consagrou-se como uma reunião de livros. Sua composição é dividida em quatro partes, cada uma delas correspondendo a um livro: institutas, digesto, código e novelas. As institutas são um breve manual de todo o direito, concebido para ser um livro de texto destinado aos estudantes. O digesto é uma obra mais longa e consiste em extratos dos escritos de juristas de autoridade reconhecida. O código é uma coleção de atos dos imperadores e de suas respostas a questões de direito. As novelas constituem-se de obra complementar, composta de leis promulgadas pelo próprio Justiniano.

Os dados históricos, pois, parecem indicar suficientemente a legitimidade do uso da expressão *corpus* como designativo de conjunto. Tal designação, por outro lado, confere ao termo uma especificidade que se mostra apropriada para complementar o designativo fonte no manejo e identificação da bibliografia em atividades de construção do conhecimento. O termo fonte liga-se à idéia de origem, causa, princípio. Seu uso sugere tratar-se da busca de um texto original, de uma obra inaugural. Daí a própria preocupação de Umberto Eco em distinguir entre fontes primárias e secundárias, de primeira e de segunda mão. Sem negar a validade dessas distinções para o pesquisador, destacamos que o uso da designação *corpus* pode secundar ou mesmo, em certos casos, substituir o termo fontes, principalmente nas ocasiões em que o objeto de pesquisa seja composto por vários elementos, uma vez que *corpus* recobre com mais eficiência a prática da reunião, do conjunto – que é freqüente na pesquisa bibliográfica – e, além disso, não impõe impedimentos prévios às inúmeras possibilidades de associações e sistematizações que esse tipo de pesquisa comporta.

Esclareça-se, no entanto, que nem toda a reunião de elementos em uma pesquisa significa exatamente a organização de um *corpus*. Assim, das etapas usuais desse tipo de

atividade, a designação *corpus* parece apropriada para aquela que diz respeito ao objeto, embora não lhe seja exatamente um sinônimo. Outras etapas que supõem reunião de elementos já têm designação e função consagradas, como são os casos da fortuna crítica e da teoria de base. Aquela serve para situar o objeto em relação a pesquisas precedentes e esta para a definição e execução de técnicas e métodos de abordagem. O *corpus* deve ser formado em função do objeto quando o tema ou a natureza desse objeto indicarem tal necessidade. A função do *corpus* responde, pois, ao recorte temático que orienta a pesquisa. Há casos em que o objeto é um elemento isolado – por exemplo, uma obra específica ou um número delimitado de romances – nos quais o *corpus* não constitui etapa da atividade. Os casos em que a designação *corpus* deve ser utilizada são aqueles em que o objeto é formado por elementos que vão aumentando no transcurso do trabalho. Nessas ocasiões, o objeto transforma-se na própria formação do *corpus*. Logo, todo o *corpus* supõe um objeto, mas nem todo o objeto supõe um *corpus*.

A organização de um *corpus* como uma etapa da pesquisa científica, particularmente da pesquisa estritamente bibliográfica, permanece, assim, associada à noção de que essa atividade necessita sempre estar cercada por metodologia e sistematização reconhecidas como próprias do fazer científico. Posto que na construção do conhecimento está implicado o estudo de um objeto por meio de determinados instrumentos – como já se afirmou – a relação entre *corpus* e tema é uma relação necessária e condição prévia para que esse tipo de trabalho, uma vez definida a metodologia, ou seja, os modos de procedimentos que se mostram eficazes para a consecução dos objetivos, alcance resultados que tenham o rigor e a formulação adequados ao que se propõe. A relação desses elementos, por outro lado, pode redundar em inúmeras variações em torno de um *corpus*, seja ele de natureza teórica, literária ou de extratos da linguagem – para ficarmos no âmbito das Letras – o que, em última análise, indica que, em uma atividade de pesquisa estritamente bibliográfica a formação do *corpus*, muitas vezes, pode se constituir em elemento central e produtor de bons resultados de pesquisa.

3. O corpus e a pesquisa nos estudos de literatura

Deixando a lingüística para os lingüistas, tomemos o caso da literatura – um caso típico de pesquisa estritamente bibliográfica – para demonstrar alguns recortes temáticos possíveis e recorrentes, cujos resultados indicam formas de abordagem, seleção e sistematização dos diferentes *corpus*, com os quais as propostas indicadas trabalham.

O recorte temático pode recair sobre determinado ponto teórico. Em decorrência de um tal recorte, o *corpus* terá, necessariamente, um caráter teórico. Exemplo dessa ordem é o notável trabalho de Luis Costa Lima a respeito da *mimesis*. Desde **Estruturalismo e teoria da literatura**, publicado em 1973, o autor vem perseguindo o tema e ampliando releituras de um *corpus* cada vez mais abrangente, cujo ponto de ligação reside nas tratativas do tema *mimesis* já feitas pela teoria literária e por outros campos do saber.

A seleção de tema pode tomar uma questão de cunho político, social ou histórico e verificar como que essa questão é enfocada pelo texto literário por uma metodologia comum. Um recorte dessa natureza possibilita a organização e ampliação de um *corpus* formado por obras de literatura. Insere-se nesse caso o trabalho de Flávio Aguiar, publicado no livro **Com palmos medida: terra, trabalho e conflito na literatura brasileira**, o qual rastreia como que a questão da terra tem sido contemplada ao longo da produção literária brasileira, desde os primeiros textos até os dias de hoje.

Outra possibilidade temática diz respeito a leituras e releituras de questões que são do âmbito da crítica e da história literárias. Considerem-se diferenças existentes entre ambas nos termos colocados por René Wellek, segundo o qual enquanto o crítico se interessa pela

repercussão imediata das obras e pode acrescentar novos elos à cadeia de produção, o historiador deve considerar o fenômeno como um todo. Este último, como apregoa Tynianov, deve dedicar-se ao estudo da gênese ou da variabilidade dos fenômenos literários. Considere-se, pois, a crítica e a história e se terá uma ampla possibilidade de formulação de *corpus*. Na crítica, os casos mais freqüentes dizem respeito ao rastreamento de determinados aspectos ou movimentos que informam a sua existência enquanto crítica. Nessa linha podemos classificar os trabalhos desenvolvidos por Wilson Martins e publicados, em especial, nos volumes de **A crítica literária no Brasil**.

No âmbito da história, as sistematizações de *corpus* mais freqüentes obedecem a uma confirmação de tradições. Assim, buscam-se aspectos históricos e culturais que afirmem as noções de identidade nacional ou de identidade regional e propõe-se um *corpus* formado por obras literárias que demonstrem características de pertença à nação ou à região em função dos critérios definidos pela pesquisa. No caso nacional, um exemplo sintético e bem sucedido pertence a Alfredo Bosi e está registrado no seu **História concisa da literatura brasileira**. Exemplo semelhante, porém de ordem regional, é o de Regina Zilberman, cujos resultados podem ser encontrados em **História da literatura do Rio Grande do Sul**.

As tratativas sobre a história e a crítica, além de confirmações, também comportam a revisão de certas tradições. Nesses casos, compõe-se um *corpus* a partir de uma orientação temática que visa à revisão de postulados que foram consagrados pela tradição. A corrente dos estudos literários, identificada como estética da recepção, tem tido seu desenvolvimento bastante ligado a propostas dessa natureza.

No âmbito brasileiro pode-se lembrar a obra de Regina Zilberman, cujo título é justamente **Estética da recepção e História da literatura**. A autora, nesse livro, publica trabalhos que são fruto de revisões de *corpus* formados por textos de crítica e de historiografia literárias. Exemplo é o texto que trata da obra **Helena**, de Machado de Assis. O estudo demonstra como que os críticos e historiadores reproduziram, de modo mais ou menos automático, as caracterizações românticas elaboradas por Araripe Júnior e publicadas em 1895, na **Revista Brasileira**, pouco depois da publicação do livro de Machado. Constatando isso, Zilberman tenta demonstrar como que muitas daquelas caracterizações, embora repetidas até hoje, não se sustentam em uma leitura atualizada de **Helena**.

No exemplo de Regina Zilberman, constata-se como que a formação de um *corpus* pode produzir desdobramentos originais e elucidativos. Numa pesquisa de literatura, esses desdobramentos, quando ampliados, resultam em trabalho de fôlego inegável.

No livro **Altas literaturas**, Leyla Perrone-Moisés fornece uma demonstração de como, de modo criativo e original, os estudos literários podem alcançar interessantes resultados, operando variações e ampliando relações em torno do *corpus* escolhido.

A autora parte de um conjunto de escritores do século XX que se preocuparam com a difusão da leitura através da divulgação e, por via de consequência, afirmação e propagação de um cânone. Propõe um *corpus* formado por escritores consagrados que tiveram essa preocupação e pelas obras por eles indicadas. A leitura de **Altas literaturas** permite detectar os passos seguidos pela autora ao longo da pesquisa a partir da definição e reunião desse *corpus*, o que, por outro lado, serve para demonstrar possibilidades de ampliação de uma pesquisa de caráter bibliográfico como costumam ser as de literatura.

O primeiro passo é a definição e seleção do que a pesquisadora chama de escritores críticos. Segundo Perrone-Moisés, a partir do século XVIII, o juízo estético deixou de ser considerado universal, e os clássicos perderam a condição de modelos absolutos e eternos. Conforme Kant, o juízo estético não pode ser determinado por conceitos e preceitos, razão pela qual ele necessita encontrar exemplos naquilo que, no desenvolvimento da civilização,

recebeu o mais longo assentimento. Assim, os autores chamados clássicos constituem uma nobreza cujos exemplos são leis para o povo.

No século XX surge o fenômeno dos escritores-críticos. Suas escolhas não são ditadas por nenhuma autoridade institucional, mas pelo gosto pessoal, justificado por argumentos estéticos e pela própria prática, numa herança que a modernidade trouxe do romantismo teórico-crítico. Apesar de assumirem a precariedade de suas escolhas, os escritores-críticos modernos têm a preocupação pedagógica de fornecer aos mais jovens um currículo mínimo de leituras formadoras.

O conjunto de escritores-críticos modernos definido por Perrone-Moisés reúne nomes cujas produções tiveram um impacto hoje perfeitamente reconhecido pela crítica e pela historiografia da literatura. O conjunto é formado por Ezra Pound, T. S. Eliot, Jorge Luis Borges, Octavio Paz e Ítalo Calvino. A particularidade que é comum a eles reside no fato de que, ao longo de suas atividades, forneceram listas de autores recomendados para leitura. A pesquisadora preocupa-se em levantar os principais valores que orientaram as confecções das listas por parte desses autores. Como fecho desse passo, discorre sobre esses valores que identifica como maestria técnica, concisão, exatidão, visualidade, sonoridade, intensidade, intransitividade, utilidade, impessoalidade, universalidade e novidade.

O segundo passo da pesquisa de Perrone-Moisés é marcado pela busca do conceito de cânone, entendendo que esse conceito orienta o papel dos escritores selecionados no *corpus*. Lembra que a palavra cânone vem do grego kanón, através do latim cānon, e significava regra. Com o passar do tempo, a palavra adquiriu o sentido específico de conjunto de textos autorizados, exatos, modelares. A autora também lembra sobre as informações de Ernst Robert Curtius, segundo o qual, a palavra cânone, no sentido de relação de escritores, é registrada pela primeira vez no século IV. Na Idade Média, Dante enumera os autores da bela escola. Aos autores latinos, Dante acrescenta os gregos e os árabes. Curtius, arremata Perrone-Moisés, examina a formação do cânone literário moderno, que começa no Renascimento italiano e daí irradia sobre a teoria francesa dos séculos XVI e XVII.

Verificados dados a respeito da formação e da irradiação do cânone, o terceiro passo da pesquisa é composto por uma reflexão a respeito da leitura, uma vez que as listas organizadas pelos escritores-críticos tinham em conta incentivar o valor da leitura. Ler é dar sentido, sincronizar, vivificar, escolher e apontar valores. A autora destaca que a leitura ativa é construtiva porque ela pretende orientar os rumos do futuro; e é destrutiva, porque ultrapassa e invalida as regras de medida vigentes. Os estudos literários, particularmente a crítica literária, resulta de um julgamento com vistas a uma ação. Em suas teorizações, os críticos pertencem àquela categoria que Nietzsche chama de “filósofos do perigoso”: aqueles que não aceitam tábuas previamente ordenadas e se aventuram na invenção de critérios para a instauração de uma nova (e provisória) ordem. A questão que Perrone-Moisés levanta é se esses critérios podem e devem ser totalmente novos, se devem prescindir completamente da tradição.

A pesquisa, nesta altura, alcança seu desdobramento conclusivo, contrapondo o que a autora chama de escritores da alta-modernidade, isto é, autores alinhados com teorias e posições desconstrutivistas, e os escritores-críticos modernos, componentes do *corpus* do trabalho.

Perrone-Moisés entende que os escritores da alta modernidade, como criadores e como leitores críticos, nos levam a rever o trabalho de desconstrução efetuado nas últimas décadas. Rever não significa voltar atrás, mas avaliar o novo momento e as novas estratégias por ele exigidas. Afinal, a desconstrução, quando bem entendida, deve ser permanentemente recomeçada. Admite que propostas como a da morte do autor (Foucault), do descentramento (Derrida), da escritura (Barthes) tiveram efeitos positivos. Elas puseram em xeque as

autoridades opressoras, abriram caminho para novas formas de escrita, para as literaturas emergentes e não canônicas.

Em contrapartida, a estudiosa registra que essas propostas, quando mal compreendidas ou aplicadas de modo linear, tiveram efeitos perversos na criação, na crítica e no ensino literários: foram assimiladas como criatividade espontânea, como dispensa de qualquer competência ou formação, como irresponsabilidade autoral, como desprezo pela tradição e pela alta cultura, como valorização ideológica automática de qualquer produto marginal. Além disso, a generalização anônima do texto, a indiferenciação dos gêneros e a abolição dos critérios estéticos foram postos a serviço da informática e da indústria cultural, que oferecem ao consumidor produtos transnacionais padronizados, uma espécie de moda *mix* na cultura e nas artes.

Os escritores-críticos modernos, no outro pólo da relação, demonstraram, em suas obras, a importância de uma tradição viva e de um projeto futuro, utópico talvez, mas indispensável para que a cultura – os homens – não avance às cegas. Eles acreditavam em coisas que a grande literatura nos pode dar: ampliação do imaginário, encontro com o outro e autoconhecimento, capacidade de impressão e de expressão, visão crítica do real, emoção estética, felicidade da palavra que nos faltava e nos é dada. As formas que eles utilizaram em suas obras de criação, e valorizaram em suas obras críticas, talvez tenham chegado à exaustão, mas não o seu projeto. Os novos meios disponíveis obrigam o livro a reformular-se, a encontrar seu lugar entre eles. Mas de modo algum o condenam ao desaparecimento.

As variações na composição do *corpus*, de acordo com os exemplos que arrolamos, dão uma mostra de algumas alternativas possíveis para o desenvolvimento da pesquisa científica na área dos estudos literários. Cada exemplo, de outro modo, quando tomado de forma isolada, produz ou sugere uma grande capacidade de ampliação em torno do *corpus* selecionado, o que, por seu turno, confirma o predicado sugerido por Gadamer em relação à construção do conhecimento nas áreas humanas, segundo o qual o pesquisador, nesse campo, deve ter uma disposição suficientemente aberta e ousada para, sem perder o rigor próprio da ciência, ampliar o quadro de relações entre o atual e o universal, o particular e o geral. Os exemplos, por fim, significam a validação do *corpus* como uma etapa que pode ser decisiva e produtiva nos estudos de literatura e, por certo, da área de Letras.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Flávio. **Com palmos medida**: terra, trabalho e conflito na literatura brasileira. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Boitempo, 1999.
- BARBOSA FILHO, Manuel. **Introdução à pesquisa**: métodos, técnicas e instrumentos. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1980.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1987.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdad y metodo**. Salamanca: Sígueme, 1999.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- KNELLER, George. **A ciência como atividade humana**. Rio de Janeiro: Zahar; São Paulo: EDUSP, 1980.
- LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1987.
- LIMA, Luis Costa. **Estruturalismo e teoria da literatura**. Petrópolis: Vozes, 1973.
- MARTINS, Wilson. **A crítica literária no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- MILL, John Stuart. **A lógica das ciências morais**. São Paulo: Iluminuras, 1999.

- ____. **Princípios de economia política:** com algumas de suas aplicações à filosofia social. São Paulo: Nova Cultural, 1986. 2 v.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Altas literaturas.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VENTURINI, F. **Los orígenes de la Enciclopedia.** Barcelona, 1979.
- ZILBERMAN, Regina. **História da literatura do Rio Grande do Sul** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- ____. **Estética da recepção e história da literatura.** São Paulo: Ática, 1989.